

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: INSTRUMENTOS PARA FORTALECIMENTO DA CIDADANIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Maristela Souza da Silva<sup>1</sup>

Ana Maria Alves Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é resultado de um projeto de intervenção realizado numa escola estadual localizado na cidade do Recife/PE, entre os dias 16 a 20 de abril de 2018, com estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental do turno da manhã, tendo como objetivo principal analisar sobre o processo de depredação e valorização da escola por parte dos estudantes. A metodologia adotada foi uma pesquisa empírica do tipo pesquisa participante, na qual foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: papel ofício, lápis de cores, régua, hidrocor, tecido de TNT e emborrachado, na intenção de desenvolver atividades lúdicas por meio da interdisciplinaridade que combatessem atos de vandalismo na instituição de ensino, que influencia no processo de ensino aprendizagem e a preservação do ambiente escolar. Nesse sentido, as estratégias de ação foram norteadas na concepção freiriana baseada no diálogo, participação e transformação das atitudes dos sujeitos envolvidos. Como resultado da intervenção foi possível observar que os alunos se sensibilizaram, socializaram e participaram de maneira efetiva diante do combate a depredação e desvalorização do patrimônio público escolar.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial, interdisciplinaridade, vandalismo.

## Introdução

Temos assistido nas últimas décadas um avanço na depredação e desvalorização dos patrimônios públicos, seja por parte dos poderes públicos ou da sociedade, dentre eles, as escolas públicas, que se apresentam como espaço social, democrático e político, e que se encontram, em muitas situações, em total abandono.

A constituição de 1988 compreende a definição de patrimônio como sendo os direitos culturais, os bens materiais e imateriais. No dia 4 de agosto de 2000 foi regulamentada através do Decreto nº 3.551, a preservação do patrimônio intangível com a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial e a criação de um programa específico com a finalidade de implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio (SANT'ANNA, 2003, p. 53).

Atualmente, no Brasil, o patrimônio se apresenta com uma variedade de dimensões, como o patrimônio tangível e intangível, o natural e o genético. A escola pública como bem imóvel e vítima de atos de vandalismo como também o descaso de todos os setores da

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Biológicas (UPE) e Pedagogia (UFRPE); Professora da Educação Básica da Rede Estadual de ensino do Estado de Pernambuco. E-mail: estelasouza13@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduada em Letras – Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. E-mail: ana.mar2009@hotmail.com

sociedade, nos remete ao debate referente ao campo da educação patrimonial, fazendo necessário incluir essa discussão no processo educativo, o que nos impulsiona a estabelecer diálogos no chão da escola com todos os sujeitos que a compõem.

É através da educação patrimonial que se propõe, portanto, a articulação de diferentes saberes. No caso das ações na escola, tal premissa une o conhecimento oferecido pelo programa curricular com o conhecimento tradicional das nossas comunidades. Esta proposta pode ser trabalhada nos diferentes níveis de ensino, mas também no âmbito da educação não-formal, centrando as ações nos espaços de vida representados pelos chamados territórios educativos. Com este propósito o sentimento de pertencimento e o diálogo com os sujeitos que fazem a escola são os pilares para valorização do espaço escolar, que é enfatizado por Freire (2016, p. 109) quando afirma que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

Partindo desse pressuposto, este artigo é resultado de um projeto de intervenção que foi desenvolvido numa escola estadual, localizada na cidade do Recife/PE, que funciona nos turnos manhã e tarde, oferecendo o ensino fundamental e o projeto Travessia, atendendo a um público de crianças e jovens de algumas comunidades de baixa renda que compõem seu entorno.

Este projeto ocorreu no período de 16 a 20 de abril de 2018 com as turmas dos 9º anos, tendo como objetivo refletir sobre o processo de depredação e valorização da escola por parte dos estudantes, e mais especificamente desenvolver atividades lúdicas que permitissem que todos os discentes se expressassem; comparar a realidade do ambiente escolar e como eles desejavam que a escola fosse; sensibilizar todos os sujeitos que compõem a escola em relação a temática proposta, buscando um diagnóstico sobre este processo a partir das representações, valor histórico e social desta instituição para a comunidade em geral, tomando como eixo a promoção de uma formação sobre a consciência patrimonial desta população.

A presente escola enfrenta grandes problemas com a desvalorização e depredação do patrimônio público pelos alunos e pela comunidade circunvizinha, o que desencadeia em transtornos para o processo de ensino-aprendizagem e a sua preservação. Segundo Souza (2003), a luta pela valorização do patrimônio tem seu início na própria luta pela defesa dos bens que cercam a escola. E, neste sentido, a participação popular é de extrema relevância no processo de aproximar a comunidade dos problemas enfrentados pela escola, provocando a transição da consciência ingênua para uma consciência crítica, propondo uma reflexão sobre si mesmo e suas responsabilidades (FREIRE, 1967) nas questões políticas, sociais e ambientais.

A implementação de projetos nas escolas, que tenha o envolvimento dos alunos e comunidade, voltados para educação patrimonial é uma das formas de sensibilizar e formar cidadãos com um olhar crítico em relação aos vários tipos de vandalismo e abandono e suas consequências ao ambiente escolar.

Portanto, o projeto de intervenção possibilitou sensibilizar e provocar mudanças comportamentais nas ações tanto dos alunos quanto dos funcionários, professores e pais que se envolveram no projeto, proporcionando assim um melhor ambiente escolar e, conseqüentemente condições favoráveis para o processo de ensino-aprendizagem.

### **Percurso metodológico**

Este artigo é resultado de um projeto de intervenção realizado em uma escola da rede estadual da cidade do Recife/PE, que foi executado com as turmas dos 9º anos do ensino fundamental do turno da manhã no período de 16 a 20 de abril.

A metodologia adotada foi uma pesquisa empírica do tipo pesquisa participante (MICHALISZYN; TOMASINI, 2012; FREIRE, 2016; BRANDÃO, 1984). Para isso, o procedimento metodológico primou pela visita e observação da instituição de ensino, conversa informal e apresentação do projeto de intervenção aos docentes e discentes, palestras, atividades lúdicas e interdisciplinares.

Segundo Brandão (2006) “a pesquisa participante é uma modalidade de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares.”

Nisto reside à importância da pesquisa participante: trata-se de metodologias de produção de conhecimento sobre a inter-relação entre os atores e saberes envolvidos em uma prática social, baseado no diálogo entre os sujeitos, em que se priorizam os interesses e as falas dos atores subalternos.

As estratégias de ação traçadas foram norteadas pela concepção freiriana, baseada no diálogo, participação e transformação das ações dos sujeitos envolvidos.

### **Descrição das estratégias de ação**

O projeto de intervenção foi dividido em 4 etapas:

**1º etapa:** Apresentação do projeto à turma, na qual iniciou uma conversa informal sobre a problemática da depredação no ambiente escolar, onde os alunos relataram atos de vandalismos que já presenciaram na escola.

**2º etapa:** Os alunos foram organizados em duplas, para os quais foram distribuídos papel ofício, lápis, hidrocor, régua e cola, com o objetivo de produzirem desenhos com base nas suas percepções sobre a escola, ou seja, como a viam e como desejavam vê-la. Por meio desta atividade puderam manifestar suas próprias leituras em relação ao funcionamento do espaço escolar, como também expressar suas críticas de maneira lúdica.

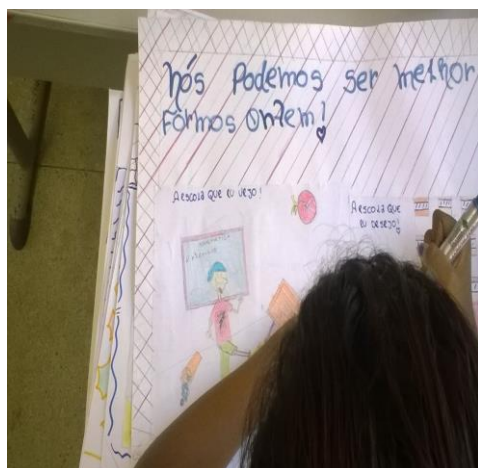


Figura 1: Confeção dos desenhos



Figura 2: Confeção dos desenhos

**3º etapa:** Foi promovido um debate com a turma, de modo, que pudesse ser discutida a noção de patrimônio público e como isso se aplicava à instituição escolar, o que favoreceu a socialização das opiniões e de alguns relatos dos estudantes sobre suas experiências em relação ao tema.

**4º etapa:** A culminância do projeto de intervenção se deu com a montagem de um grande painel para a exposição dos desenhos produzidos pelos estudantes que participaram das atividades desde o seu início. Para isso foi utilizado os seguintes recursos metodológicos: tecido de TNT e papel emborrachado que serviram para produção do painel, no qual foi usado para exibir os desenhos confeccionados. Toda comunidade escolar foi convidada para apreciar os trabalhos e ouvir as explicações dos estudantes sobre suas produções. As atividades foram complementadas por uma palestra proferida por um integrante da guarda patrimonial sobre o que é patrimônio público e a integridade das pessoas no ambiente escolar.



Figura 3: Exposição dos desenhos.

### **Conscientização crítica: educação patrimonial como prática social**

Por meio destas atividades os discentes socializaram suas ideias e concepções sobre patrimônio público e como isso se aplicava a instituição escolar, como também problematizaram a questão do vandalismo ao se destacar algumas motivações mais comuns para este tipo de atitude, o que vai desde “dar mais moral” a quem pratica, ou mesmo para interromper as aulas.

Porém, para alguns estudantes, isso se deve a própria falta de educação doméstica, já que a ausência da família contribui para que o jovem seja influenciado por grupos denominado “galeras”, o que levaria não só ao vandalismo, mas também ao uso de drogas. Isso explicaria porque muitas vezes o jovem demonstra um comportamento mais contido na frente dos pais e na escola apresenta um comportamento mais agressivo e destrutivo.

Mas, ainda segundo os estudantes que participaram do debate, quem pratica o vandalismo parece não ter a consciência de que se trata de agressão ao patrimônio público e, portanto, um atentado ao dinheiro dos próprios cidadãos arrecadado através dos impostos. Por isso, tornou-se muito comum acreditar-se que o governo é o único responsável pela preservação do ambiente escolar. Para Freire (1967, p. 105):

A consciência crítica “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstâncias”. “A consciência ingênua (pelo contrário) se crer superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada”.

Em meio ao debate, medidas diversas foram sugeridas, desde mobilização efetiva de toda a escola para enfrentar tal problema até medidas punitivas aos depredadores, levando os



casos, quando necessário, a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente - DPCA e ao Conselho Tutelar.

Diante da percepção sobre os limites desse tipo de medida punitiva, também foram apontadas outras formas de enfrentamento do problema e entre elas está à realização de atividades artísticas que envolvessem toda a comunidade escolar, como também incluir no currículo a temática Educação Patrimonial.

### **Educação Patrimonial como estratégia educativa no contexto escolar**

Determinando a perspectiva da Educação Patrimonial no trabalho da escola, destacam-se aspectos que indicam e possibilitam a inserção de temas relativos ao patrimônio cultural nos currículos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9394/96) indica, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (ORIÁ, 2001, p. 5).

No mesmo propósito, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam, em um de seus volumes, denominado “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como elemento necessário no trabalho com a educação básica, a partir dos temas transversais que falam a respeito ao meio ambiente e à pluralidade cultural. Sendo assim, o trabalho com as noções de patrimônio cultural deve ser incorporado aos demais conteúdos escolares uma vez que, diante do caráter amplo que define o próprio termo “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume esse papel, podendo ser entendida como

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do consequente interesse sobre o tema (ORIÁ, 2001, p. 7).

Contudo, mesmo diante do respaldo da LDB e dos PCN, bem como de projetos culturais e iniciativas de museus e centros de memória, o trabalho com a Educação Patrimonial ainda tem sua dimensão educativa não muito reconhecida.

Essas iniciativas indicam a preocupação em se realizar um trabalho efetivo de conhecimento, apropriação e valorização dos bens histórico-culturais, a partir da aproximação

do estudante/público ao patrimônio que lhes pertence. De acordo com Oriá (1992/1993), por educação patrimonial entende-se a utilização de museus, monumentos, arquivos, bibliotecas, etc., no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos, e futuros cidadãos, da importância da preservação destes bens culturais. Ainda segundo o autor:

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de disciplinas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes proporcionar informações acerca do patrimônio cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORÍÁ, 1992/1993, p. 273-274).

Após a vivência deste projeto de intervenção foi possível observar uma sutil mudança no comportamento dos estudantes envolvidos nas atividades propostas, os quais passaram a expressar a convicção de que são eles que fazem a escola e que, por isso, precisam valorizá-la, já que a escola tem uma grande importância para seu futuro.

Esta experiência de intervenção, portanto pode contribuir para que os estudantes fossem além do acesso a informação sobre este tema, e pudessem pensar sobre si mesmos nesse processo, na medida em que a própria construção de sua identidade passa diretamente pela percepção do valor simbólico e subjetivo dos bens culturais que representam sua comunidade e suas origens. O maior resultado desse processo, portanto, é a consciência que cada um acaba adquirindo de que também são produtores e responsáveis pela preservação de muitos patrimônios.

## **Conclusão**

A Educação Patrimonial se torna permeável através da interdisciplinaridade. As várias formas de intervenção da Educação Patrimonial possibilitam um conhecimento maior, por parte tanto dos educadores quanto dos estudantes, sobre os bens culturais, contribuindo para a incorporação do senso de respeito e responsabilidade na valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como para o conhecimento da diversidade cultural que se faz presente na constituição dos elementos que os integra. O processo de se conhecer o

patrimônio envolve a participação dos sentidos e, principalmente, a manifestação de um sentimento de reconhecimento diante do bem cultural, seja ele material ou imaterial.

Assim, a Educação Patrimonial, consiste em causar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, estimular o estudante a ter interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de despertar nos estudantes sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. E então, aprofundando mais sobre o assunto, podemos falar na necessidade do passado, para compreendermos melhor o presente e projetarmos o futuro.

O maior desafio neste campo se mostra na necessidade da escola se caracterizar não apenas como um espaço de ensino de conteúdos programáticos, mas principalmente de que as instituições assumam seu dever na formação de cidadãos críticos, conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem, bem como do mundo que os rodeia, conscientizando-os acerca de seus deveres, bem como da valorização e promoção do respeito e bem-estar com os espaços, as construções e as demais manifestações que marcam as vivências de seu tempo.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34-41.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1967

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 62 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. **Pesquisa, orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

\_\_\_\_\_. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In: **Revista de História**. São Paulo, v. 13 nº 25/26. Set-1992/Ago-1993. P. 265-276.



SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. P. 30-45.

SOUZA, D. **Preservação do ambiente: uma ação de cidadania**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2003.